

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: PNAE
EM EVIDÊNCIA**

REMBOSKI, G.^[1]; SOUZA, C. S.^[2];

Este trabalho tem por objetivo apresentar os processos de criação, construção e aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ao longo de seus quase 70 anos de existência, demonstrando como ele funciona na prática e quais são os principais resultados alcançados até hoje. Para isso, foram coletadas informações através de uma revisão bibliográfica, que inclui textos acadêmicos sobre a construção de políticas públicas e especificamente sobre o PNAE. Adicionalmente, dados foram coletados a partir de uma análise documental, que se baseia em documentos como legislações, relatórios de execução e estudos técnicos sobre a implementação do programa. Primeiramente, aborda-se como um problema passa a fazer parte da agenda do Estado e como se transforma em uma política pública. Nesse contexto, é essencial compreender o conceito de política pública, os critérios que levam um problema a chamar a atenção do Estado e os processos envolvidos na formulação e implementação dessas políticas. Posteriormente, a pesquisa foca nas políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, com um destaque especial para o PNAE. São apresentadas sua origem, estrutura e aplicação prática. O PNAE é uma política pública de segurança alimentar do governo brasileiro, criada em 1955 com o objetivo de melhorar a condição nutricional dos estudantes. O programa promove ações de educação alimentar e nutricional e fornece refeições nutritivas aos alunos da educação básica das instituições públicas de ensino no país. Além de disponibilizar refeições regulares, o PNAE preocupa-se com a qualidade do alimento oferecido. Em razão dessa preocupação, o programa determina que um mínimo de 30% dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) seja destinado obrigatoriamente à compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Dessa forma, além de oferecer refeições nutritivas e saudáveis para os alunos da rede básica de ensino público, o PNAE também estimula a produção de alimentos pela agricultura familiar, gerando empregos e aquecendo a economia local. Este é um trabalho ainda em desenvolvimento e, portanto, inconcluso, sendo necessária sua conclusão para alcançar resultados mais precisos e definitivos.

Palavras-chave: Fome; Direito a Alimentação; Escolas Públicas.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Origem: Pesquisa – TCC.

Instituição Financiadora/Agradecimentos: UFFS.

Aspectos Éticos:

[1] Gustavo Remboski. Ciências Sociais. Universidade Federal da Fronteira Sul.

Gustavoremboski@hotmail.com

[2] Professor Doutor Clóvis Schimitt Souza. Ciências Sociais. Universidade Federal da

**XIII
SEPE**
Seminário de Ensino,
Pesquisa e Extensão

BIOMAS DO BRASIL: DIVERSIDADE, SABERES E TECNOLOGIAS SOCIAIS

14 A 18 DE OUTUBRO



Fronteira Sul. Clovis_sm@yahoo.com.br